

RESERVA LEGAL À LUZ DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI FEDERAL Nº 12.651/12)

Rosemay Martins Rinco
Marcus Motta Monteiro de Carvalho

RESUMO

Em decorrência da conscientização ambiental, encontram-se na sistemática legal ambiental brasileira dispositivos que limitam o direito de propriedade em prol do meio ambiente, dentre eles, o que impõe, no caso do proprietário rural, a conservação de um percentual do imóvel denominado reserva legal florestal. O presente trabalho tem como tema central a questão da reserva legal à luz do Novo Código Florestal. Têm-se como objetivos desta pesquisa verificar quais são os fundamentos legais para a instituição da reserva legal; conceituar reserva legal florestal; verificar a importância ecológica e o pagamento por serviços ambientais; analisar como foi tratado o tema da reserva legal no novo Código Florestal. Para tanto, serão utilizados bibliografias referentes ao assunto, bem como análise de documentos.

Palavras-chave: reserva legal; Código Florestal Brasileiro; pagamentos por serviços ambientais.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente é necessária e de fundamental importância, cujo maior objetivo é assegurar a perpetuação da espécie humana e o exercício da vida de modo digno, inclusive para as futuras gerações. O Texto constitucional, em seu artigo 225, a fim de efetivar o direito fundamental estabeleceu uma série de medidas a serem implementadas, dentre as quais exige a criação de espaços de proteção ambiental, os quais devem receber tratamento especial e é nessa modalidade que se inserem as áreas de reserva legal, cuja disciplina fora dada pelo “Código Florestal”. O tema ora estudado é de suma importância, pois direito ambiental é um direito difuso, afetando toda a sociedade e sobre o assunto há carência de pesquisas científicas.

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente a questão da reserva legal à luz do novo Código Florestal. Os objetivos específicos deste estudo visam a definir reserva legal florestal; verificar a importância ecológica da reserva legal; abordar a previsão para compensação e pagamentos pelos serviços ambientais prestados pela reserva legal além de abordar como é tratado o tema da reserva legal no novo Código Florestal.

O presente artigo discutirá a questão ambiental. Serão apresentados alguns conceitos sobre o instrumento da reserva legal. Ainda, fará uma breve consideração sobre a importância ambiental desses espaços legalmente protegidos, e ainda, sobre o pagamento pelos serviços ambientais prestados à sociedade pelas áreas protegidas. A legislação referente à reserva legal será também apresentada, bem como uma análise sobre a função social da propriedade e o direito de propriedade. E, por fim, serão apresentadas as principais alterações no novo código florestal que possam afetar a proteção ambiental da reserva legal.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada baseou-se em pesquisa bibliográfica de artigos científicos, dissertações e teses de instituições de ensino, bem como análise de documentos, tais como Ação Direta de Inconstitucionalidade, notas técnicas, jurisprudências, legislação e doutrina pertinentes ao tema.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 A QUESTÃO AMBIENTAL

Nos dias de hoje a questão ambiental é complexa e polêmica por haver grande demanda por matérias-primas e pressão econômica sobre os recursos naturais, devido à necessidade não só da expansão das civilizações como também para atender ao consumismo de países desenvolvidos. O que se pode observar é o avanço de fronteiras agropecuárias e urbanização desenfreada, sem considerar o que a capacidade de suporte do meio ambiente vem acarretando na degradação deste.

A questão ambiental é discutida mundialmente e pode-se citar que o primeiro momento desses debates seria a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Esta conferência trouxe o reconhecimento da problemática ambiental por parte dos governos ao redor do mundo; nascem os primeiros partidos verdes e as primeiras agências governamentais voltadas para a regulação ambiental. Dessa Conferência saiu um importante documento: Declaração de Estocolmo, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A importância dessa Declaração de Estocolmo foi que ela colocou o meio ambiente no rol dos Direitos Humanos, passando, então, a ser considerado Direito Fundamental.

Em 1987, ocorreu o lançamento do relatório denominado "Nosso Futuro Comum". que trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável, que é aquele que atende as necessidades da presente geração sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Em 1992, o Brasil sediou no Rio de Janeiro a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92 ou Rio 92. Foi a maior Conferência da história, com a presença de vários chefes de Estado. Os quatro principais instrumentos foram a Declaração do Rio que trata de uma declaração de princípios de direito fundamental; a Agenda 21 que é um documento programático, um plano de ação com uma série de instrumentos e iniciativas para a proteção do ambiente no âmbito internacional, nacional, regional e local, integrando sociedade civil e governos; a Convenção sobre mudanças do clima – conhecido como Protocolo de Kyoto, que tem o objetivo de reduzir a emissão de gás carbônico, gerador do efeito estufa e aumento da temperatura da Terra; e a Convenção sobre diversidade biológica ou Biodiversidade (CDO) que objetiva a proteger a diversidade biológica.

Em 2002 aconteceu a Convenção Rio+10, em Johannesburgo, na África do Sul. Discutiram-se os resultados das Conferências anteriores, como também a questão da pobreza. Muitos documentos foram elaborados visando um desenvolvimento sustentável.

Em 2012, o Brasil sediou a Rio+20, uma das maiores conferências convocadas pela ONU. Iniciou-se uma nova era para implementar o desenvolvimento sustentável, no entanto, sem muito sucesso.

Paralelamente aos grandes debates mundial acerca da questão ambiental, muitas pesquisas científicas são realizadas. Surgiram novas áreas da ciência como Engenharia Genética e Biologia Molecular que trouxeram à tona a importância da biodiversidade, bem como maior discussão sobre os efeitos no bem estar das sociedades no tocante à perda da biodiversidade. Trata-se de um importante serviço ambiental fornecido pelas florestas, seja pelo sequestro de carbono, seja pela proteção do solo, alimentos, regulação climática ou proteção dos recursos hídricos.

3.2. CONCEITO DE RESERVA LEGAL

A principal referência legislativa que trata sobre a conservação/proteção de áreas com fim ambiental, a qual é a responsável por atribuir toda a sustentação constitucional ao tema do presente artigo, está disposta no Art. 225, § 1º, III da Constituição Federal (CF). No referido dispositivo apresentam-se os “espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos” como um dos instrumentos a serem utilizados pelo Poder Público para assegurar o direito a todos de ter um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” *in verbis*:

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
[...]

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

José Afonso da Silva conceitua os espaços territoriais protegidos como:

Áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais que requeiram sua sujeição, pela lei, a um regime jurídico de interesse público que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e a proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e a proteção dos recursos naturais (SILVA, 2009, p. 233)

A legislação brasileira dispõe importantes modalidades de espaços naturais protegidos no interior de propriedades privadas, dentre eles as Reservas Legais (RL). De acordo com o Novo Código Florestal (NCF), em seu inciso III, enrede-se por RL:

[...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, [...], com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa [...]

Por estar expressa na legislação brasileira, pode-se dizer que a preservação de florestas, em forma de RL é compulsória, pois é imposta a todas as propriedades imóveis rurais privadas e localizadas em quaisquer regiões fitogeográficas do país. O tamanho da RL pode variar de acordo com o bioma e não pode haver cortes rasos; no entanto, pode haver exploração econômica, desde que se tenha plano de manejo florestal aprovado pelo órgão competente. Salienta-se, entretanto, que não é permitido o uso de atividade de monocultura extensiva mecanizada. Caso a área de RL esteja degradada, cabe ao proprietário recuperá-la ou promover condições para que haja a regeneração natural, cercando-a, por exemplo, evitando-se o pisoteio de animais.

Infelizmente, com todo esse arcabouço jurídico, há carência de pesquisas sobre o cumprimento da RL, conforme salienta Bacha:

Não há dados sistemáticos sobre o número de imóveis rurais e a proporção deles que mantêm reserva legal. Os únicos dados disponíveis são os cadastros de imóveis rurais do INCRA, que são informações prestadas diretamente pelos proprietários rurais. Esses cadastros apresentam o problema de os proprietários não terem informado, em um ano-base, todos os dados sobre sua propriedade, bem como poderem excluir informações que os comprometam. (BACHA, 2005, p. 3).

Nesse sentido, visando o controle e fiscalização, o art. 29 do novo Código Florestal prevê o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Trata-se de um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Com a implantação do CAR as propriedades rurais poderão ser identificadas com as coordenadas geográficas, bem como a demarcação e o estado de conservação da RL.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA RESERVA LEGAL

Schaffer e Medeiros esclarecem que a RL não tem apenas a função de prover o uso sustentável dos recursos naturais na propriedade ou posse rural, mas possui também:

[...] a função de conservar e reabilitar os processos ecológicos, conservar a biodiversidade e servir de abrigo e proteção da fauna e flora nativas. Desta forma, a norma geral de caráter nacional concilia o necessário uso sustentável de recursos naturais para a propriedade, ou posse rural, com as funções ambientais e o provimento de serviços ambientais de retenção de água, conservação do solo, manutenção de grupos de polinizadores e fixação de biomassa, entre outros, os quais são importantes e necessários ao cumprimento da função socioambiental dos imóveis ou propriedades rurais. (SCHAFFER E MEDEIROS, 2009 apud BET, 2010, p.37)

Não resta dúvida de que tal instrumento é de relevante importância para a conservação ambiental, pois as funções ambientais da RL representam uma alternativa para viabilizar a renovação de ecossistemas, por meio do fluxo gênico na paisagem. Nesse sentido, como a RL atinge a proprietários privados, então seria justo o pagamento ou indenização por serviços ambientais fornecidos a toda a sociedade.

3.3.1 Pagamento pelos serviços ecológicos ou serviços ambientais (PSA)

O proprietário do imóvel rural presta um serviço ambiental a toda sociedade por meio da preservação de sua RL, no entanto, não tem retorno financeiro, conforme se observa no fragmento de texto abaixo:

Apesar dessa importância ecológica das áreas florestais (como a de reservas legais) para muitos agricultores, as áreas de reserva legal representam uma penalização ao produtor rural, que presta um serviço a toda a sociedade sem ter o devido retorno. Por um lado, a renúncia ao lucro, proporcionado por uma eventual atividade econômica a ser exercida na área de reserva legal, caracteriza o prejuízo do agricultor e do pecuarista. No Brasil, ao contrário de outros países, como os Estados Unidos, o produtor não recebe compensação pelo fato de ser obrigado a preservar áreas dentro de sua propriedade. Tal fato, que gera encargos exclusivamente privados e benefícios sociais, tem sido questionado até por alguns juristas (BIOTECNOLOGIA..., 2001; SANTOS, 2002 apud OLIVEIRA & BACHA, 2003).

Quanto ao pagamento pelos serviços ambientais, Altmann cita a carta de São Paulo, documento síntese do 11º Congresso Internacional de Direito Ambiental, e destaca a finalidade e a importância do sistema de pagamento pelos serviços ecológicos:

1. O pagamento pelos serviços ecológicos ou serviços ambientais consiste, sucintamente, na instituição e distribuição de benefícios econômicos como meio de compelir/incentivar as pessoas a promoverem ações em prol da preservação da qualidade ambiental, dentre elas o manejo sustentável dos recursos naturais e a criação de Reservas Legais.
2. Um dos principais estímulos à conservação da cobertura vegetal é a atribuição de valor econômico à floresta nativa existente em espaços privados, como forma de contrapor as atividades agropecuárias, as quais são as maiores responsáveis pela supressão da mata.
3. O pagamento de serviços ambientais possui duas finalidades:
 - (a) conscientizar a sociedade da importância dos serviços ambientais prestados pela própria natureza, demonstrando os custos de sua substituição por tecnologias criadas pelo homem; e
 - (b) conscientizar grandes empresas poluidoras e proprietários rurais que a proteção ambiental também pode ser um aspecto relativamente lucrativo de seus negócios. (ALTMANN, 2008, p. 15)

Entende-se, portanto, que deve haver pagamentos por serviços ambientais às comunidades e aos indivíduos cujas atividades comprovadamente contribuam para a preservação ambiental. Embora a estratégia do governo brasileiro de impor, por meio do instrumento Lei, a conservação de florestas, essa atitude pode resultar, sem dúvida, em ganhos ambientais, mas há que se considerar que há uma perda considerável na liberdade dos proprietários de terra. Há ainda que se afirmar que o Código Florestal antigo e suas restrições permanecem um bom tempo ignorados ao longo de todo esse processo, tanto pelo governo, quanto pelos proprietários rurais e também pouco discutido na comunidade científica.

Oliveira e Bacha (2003) no artigo intitulado Avaliação do cumprimento da reserva legal no Brasil, concluíram que “No Brasil, menos de 10% dos imóveis rurais vêm mantendo, desde a década de 1970, reserva legal, e os que a mantêm não respeitam os limites mínimos fixados em lei.” Diante de tal consideração, o que se pode perceber é que há falta de fiscalização e incentivos financeiros, então, os proprietários rurais não cumprem a lei.

A criação e legalização de RL não é tão simples pois mesmo que o proprietário da terra possa escolher o local em que será constituída sua RL, deve haver aprovação pelo órgão ambiental competente e alguns critérios devem ser atendidos como, por exemplo, obedecer o plano de bacia hidrográfica e seguir o estabelecido pelo zoneamento ecológico-econômico (ZEE).

Frente a tanta exigência legal, o proprietário acaba não cumprindo a legislação. Por isso seria importante uma intervenção governamental no sentido de incentivar o pagamento de serviços ambientais (PSA) e, assim, facilitar a criação e dessas áreas importantes para o equilíbrio ecológico, gerando benefício para toda a sociedade.

3.4 LEGISLAÇÃO REFERENTE À RESERVA LEGAL

Quando da instituição do primeiro Código Florestal brasileiro, seus dispositivos regulamentam dois importantes princípios da CF/88: do meio ambiente ecologicamente equilibrado para presente e futuras gerações - art 225 e a função social da propriedade – art. 186. Sendo assim, o proprietário pode explorar economicamente sua propriedade, em conformidade art 5º da CF, mas de modo a respeitar a função social da propriedade.

O primeiro Código Florestal, datado de 1934, instituiu a reserva legal, mas o objetivo naquela época era apenas uma reserva de madeira para a própria propriedade, não se tinha o intuito de preservação ambiental como nos dias de hoje. Sergio Ahrens (2007), em seu estudo intitulado “*Sobre a reserva legal: origens históricas e fundamentos técnico-conceituais*” a criação de espaços para reposição de madeira originou-se nas recomendações de José Bonifácio de Andrada e Silva, elaborado em 1821. Segundo Carneiro (1972 apud AHRENS, 2007), em 1821, em pleno movimento emancipador, José Bonifácio, recomendou que a transferência das terras públicas aos particulares fosse condicionada à manutenção, com florestas, da sexta parte do terreno e que não poderia ser derrubada, nem queimada, sem que se fizessem novas plantações de bosques, com o intuito de que nunca faltassem lenhas e madeiras necessárias.

Posteriormente tivemos houve a lei 4.771/64, substituída pela lei 12.651/12 (novo código florestal), que dentre seus dispositivos, trata sobre a questão da reserva legal.

3.5 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E O DIREITO DE PROPRIEDADE

O artigo 225 da CF declara que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito e dever de todos. Nesse sentido, pelos benefícios que os serviços ambientais prestados pela RL preservada podem proporcionar à coletividade, bem como pela contribuição à conservação da biodiversidade, controle hídrico, influência na qualidade do ar, desempenha, assim, importante função social.

Sabe-se que a RL sempre foi alvo de intensos conflitos, pois, de um lado há aqueles que desejam a maximização do uso produtivo da terra, ou seja, o uso econômico irrestrito; e de outro, aqueles que levam em consideração a preservação dos recursos naturais nas atividades produtivas. (AHRES, 2008 apud CUNHA, 2013). Para evitar a devastação de florestas, normas legais limitam o direito de propriedade, conforme fragmento abaixo transcrito:

A Reserva Legal Florestal decorre de normas legais que limitam o direito de propriedade, da mesma forma que as florestas e demais formas de vegetação permanente, previstas também no Código Florestal. Diferenciam-se no que concerne ao domínio, pois a Reserva Legal Florestal somente incide sobre o domínio privado, sendo que as Áreas de Preservação Permanente – APPS incidem sobre o domínio privado e domínio público (MACHADO, 2007, p. 756 apud BET, 2010, p. 14).

Nesse sentido, sob o ponto de vista jurídico, a RL influencia o pleno direito de propriedade, uma vez que há imposição de proteção pelo poder público, sem, no entanto, haver uma indenização ao proprietário.

Segundo Antunes:

Efetivamente, a reserva legal é uma característica da propriedade florestal que se assemelha a um ônus real que recai sobre o imóvel e que obriga o proprietário e todos aqueles que venham a adquirir tal condição, quaisquer que sejam as circunstâncias. Trata-se de uma obrigação “[...] *propter rem*”, ou seja uma obrigação real [...]. (ANTUNES, 2011 apud PACHECO, 2012).

O Código Civil Brasileiro, atendendo aos ditames expostos na CF/88, elevou a importância da proteção ambiental a um patamar superior, rompendo com a barreira de direito absoluto da propriedade:

Art. 1228. [...]

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas

Assim, para minimizar a insatisfação de proprietários rurais e evitar a degradação e não preservação das RL, a partir de 1988 o Código Florestal começou a permitir a averbação da RL fora dos limites do imóvel, o denominado mecanismo de compensação da reserva legal.

3.6 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA RESERVA LEGAL NO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Uma das alterações mais significativas do novo código florestal - Lei Federal nº 12.651/12, em seu §6º, 7º e 8º, do art. 12, passa a dispensar a existência de RL em empreendimentos para abastecimento de água, para tratamento de esgoto, para reservatórios de água para geração de energia, para linhas de transmissão e subestações de energia, para instalação e ampliação de rodovias e ferrovias. Outra modificação foi quanto ao cômputo das áreas de preservação permanente (APP's) no percentual de RL (art. 15). Ambos os artigos permitem reduzir o número de áreas legalmente protegidas.

Quanto à recomposição de Reserva, agora é permitido o consórcio com espécies exóticas. Tal medida poderá promover a descaracterização da vegetação nativa das RL assim recompostas. No Código Florestal anterior, a recomposição era apenas com espécies nativas, possibilitando o plantio de exóticas somente de modo temporário como pioneiras, visando à restauração do ecossistema original.

Quanto à regularização da RL agora é possível compensá-las em outra bacia hidrográfica ou Estado, desde que no mesmo bioma (art. 66, §§ 3º e 5º). Antes podia compensar na mesma microbacia hidrográfica. No entanto, o conceito de bioma é muito amplo. No bioma Mata Atlântica, por exemplo, a compensação pode ocorrer em qualquer um dos quinze estados da federação em que ocorre esse bioma, e isso dificultará a fiscalização pelos entes federados, ficando, então a cargo somente da União.

Será dispensado de recuperação de Reserva Legal degradada o proprietário de imóveis de até 04 Módulos Fiscais¹, conforme art. 67. A RL ficará sendo o percentual de vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008. Segundo a Procuradora Sandra Cureau, com relação a essa data, alega que é absolutamente desprovida de fundamento a adoção de tal marco temporal como referência, pois corresponde à data na qual entrou em vigor o Decreto nº 6.514, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. As disposições do mencionado Decreto não traduzem qualquer elemento capaz de justificar tratamento diferenciado aos danos ambientais perpetrados antes ou após sua entrada em vigor.

Quanto a anistia de infrações tanto administrativas como de crimes ambientais tem-se que os §4º e 5º, do art. 59, agora, preveem que no período entre a publicação da Lei Federal nº 12.651/12 e a implantação do Plano de Recuperação Ambiental (PRA) em cada Estado e no Distrito Federal, bem como após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas na respectiva propriedade ou posse antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em APP, de RL, ficando as multas já aplicadas, suspensas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa norma confere verdadeira anistia àqueles que desrespeitaram as leis na vigência da legislação anterior. Passou a existir a possibilidade da suspensão, e a posterior extinção, da punibilidade dos crimes previstos nos arts. 38, 39 e 48, da Lei Federal nº 9.605/98 – lei de crimes ambientais, desde que o proprietário rural ou possuidor assine um termo de compromisso para regularização do imóvel ou posse rural perante o órgão ambiental competente, conforme explicitado pelo art. 60, do novo Código Florestal, o que seria outra aberração.

Diante de tantas impropriedades, foi proposta no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4901), pela Procuradora-Geral da República em exercício, Sandra Cureau. Nesse documento, que ainda aguarda

¹ Módulo Fiscal: unidade de medida agrária criada pela Lei 6746/79. A extensão é definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por Instrução Especial, para cada município.

julgamento, está sendo alegado que a previsão normativa contida em diversos dispositivos impugnados representam flagrante retrocesso na legislação ambiental, excluindo a proteção de um número incalculável de espaços territoriais especialmente protegidos. E ainda, considera que há clara violação do dever geral de não degradar o meio ambiente, bem como ao dever fundamental de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, bem como ao princípio da vedação do retrocesso em matéria socioambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, no tocante a análise da Reserva Legal e das modificações introduzidas no novo código florestal pode-se concluir que houve uma diminuição do padrão de proteção ambiental. A modificação da Lei 12.651/12 fragilizou a proteção do meio ambiente, diminuindo o padrão de proteção ambiental proporcionado pela Lei Federal nº 4.771/65, uma vez que permitiu a não criação da Reserva Legal em alguns tipos de empreendimentos, bem como a consideração do cômputo de APP como RL e deu anistia a crimes ambientais, o que poderá colocar em risco não somente o equilíbrio ambiental, como também o bem estar da população, principalmente daquela parcela desprovida de recursos.

A sociedade espera que sejam adotadas políticas públicas mais eficazes de proteção ao meio ambiente e que possa compensar o proprietário rural que respeita as leis ambientais, por meio de pagamento por serviços ambientais e incentivar aqueles que ainda não conseguiram regularizar suas reservas florestais e não leis mais permissivas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHRENS, S. Sobre a Reserva Legal: origens históricas e fundamentos técnico-conceituais. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL**. São Paulo. Meio ambiente e acesso à justiça: "ora, reserva legal e APP. [São Paulo]: Instituto O Direito por um Planeta Verde, [2007]

BACHA, C.J.C. Eficácia da Política de Reserva Legal no Brasil. In: *Workshop sobre Reserva Legal, Legislação, Uso Econômico e Importância Ambiental*. **Anais do 2º...** ESALQ/USP. v. 13 n. 25. Piracicaba-SP, 2005.

BET, Vanderleia. **Indenização da reserva legal**. Monografia apresentada ao curso de graduação em Direito da Universidade Comunitária da região de Chapecó - Chapecó (SC), 2010, p 94.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

_____. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Lei nº 9.605/98, **Lei de crimes ambientais. Presidência da República, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em 23/02/2014.

CUNHA, Paulo Roberto. **O Código Florestal e os processos de formação do mecanismo de compensação da reserva legal (1996-2012)**: ambiente político e política ambiental. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, 2013. 255 f.

LAVRATTI, Paula; TEJEIRO,Guillermo (Orgs). **Direito e mudanças climáticas** [recurso eletrônico]: Pagamento por Serviços Ambientais, fundamentos e principais aspectos jurídicos. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2013; (Direito e Mudanças Climáticas; 6).

MACHADO, Paulo Leme. **Direito ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2008. MAZZINI, Ana Luiza Dolabela de Amorim. **Dicionário Educativo de Termos Ambientais**. 4. ed. Belo Horizonte:2008.

OLIVEIRA, S.J.M.; BACHA, C.J.C. **Avaliação do cumprimento da reserva legal no Brasil**. Revista de Economia e Agronegócio, Viçosa, volume 1, nº 2, p. 177-203, Abr./Jun. de 2003.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Malheiros. 2009.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 6. ed. São Paulo: Saraiva. 2008.